



## **ATA Nº 5/2019**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR**

----- Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e dezanove, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Carlos José Lopes de Abreu (em substituição), respetivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pelo Presidente, Luís Filipe Santana Dias. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Cadoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

#### **----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----**

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Municipais Inês Guerra Vargas, Maria Eugénia de Jesus Reis, José Casimiro Fróis Ferreira, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Susana Carla Alves Franco e Mário João das Neves Flores, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas dezasseis horas e quarenta minutos, verificando-se a existência de quórum (28 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

#### **----- PONTO PRÉVIO -----**

#### **----- APROVAÇÃO DE ATAS -----**

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 4/2019 referente à sessão ordinária de 22 de junho. -----

#### **----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 4/2019 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 21 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais Filipe Montez Coelho Madeira, Luís Filipe Martins Pinto, Joaquim Alves Ferreira, Celso Cláudio Ferreira Martins, o Presidente da Junta da Freguesia de Alcobertas, o Presidente da Junta da Freguesia de Fráguas e o Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior (28 presenças). -----



----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Não houve correspondência relevante no período em questão. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal, colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal que os pontos VI a XX pudessem ser apresentados e discutidos em conjunto e votados em separado. A proposta foi aceite por unanimidade dos membros presentes. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de abrir as inscrições para as intervenções no período antes da ordem do dia, não quis deixar de fazer uma especial saudação à Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais que o acompanhou durante dez anos. Lembrou que, quando aceitou ser candidato à Assembleia Municipal pela primeira vez, colocou uma série de condições que são do conhecimento de todos, mas a principal condição foi que ela não o desiludisse pois que, tendo abandonado a política há muitos anos, não estaria disponível para voltar a ser atraído e enganado. Afirmou que a Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais cumpriu religiosamente o compromisso com ele assumido, nunca o atraçou, foi de uma lealdade absoluta, e que o mesmo poderá ser dito de si próprio e da Mesa da Assembleia. Agradeceu pelo trabalho que fez e pelo empenhamento que teve, desejando-lhe as maiores felicidades nas novas funções que vai desempenhar, acrescentando que, pessoalmente, está seguro que não haverá partidarismos e que a política, de vez enquanto, pode ser feita por pessoas, independentemente da força partidária. Considerou que a Isaura Morais irá trazer uma nova forma de estar na política, estando também convencido que no futuro se reconhecerá que foi uma deputada ímpar e que marcou a diferença na Assembleia da República. -----

----- Dirigindo-se ao atual Presidente da Câmara, Luís Filipe Dias, disse-lhe que a lealdade e a colaboração com que sempre trabalhou com a Isaura Morais irá ser a mesma com que continuará a trabalhar com ele e que não há qualquer razão para supor que o relacionamento será diferente. Afirmou que, por aquilo que conhece, tem a certeza que o Luís Filipe irá ser um excelente Presidente da Câmara, que pensa pela sua cabeça, que já terá um projeto para Rio Maior para agora desenvolver, e que está na altura de mostrar a Rio Maior aquilo que vale, desejando-lhe as maiores felicidades pessoais e no desempenho deste cargo difícil. -----



----- Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Deputada Liliana Marques Alonso -----

----- Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira -----

----- Deputado Filipe Montez Coelho Madeira -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputada Anabela Costa Azenha -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir ao mérito que a Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais tem por ter feito um trajeto que a levou de Presidente de Junta de Freguesia à Assembleia da República de uma forma digna e decente e ter conquistado um lugar muito peculiar na política da sua localidade e do seu distrito e que foi agora reconhecido, não obstante as críticas que possam existir e que são naturais para quem ocupa um lugar público. Disse ainda que irá continuar a acompanhar o seu percurso, agora diferente, na Assembleia da República, percurso esse que sempre se pautou pela lucidez e decência em face dos objetivos da sua vida política desde a política local até à nacional. Por fim, dirigiu-se ao atual Presidente da Câmara, Luís Filipe Dias, reconhecendo a dificuldade do cargo que agora irá desempenhar e as competências para o fazer, afirmando que, da sua parte, tudo fará para continuar a colaboração existente porque entende que o êxito do líder ou do representante deve ser o êxito de todos. Deu ainda as boas vindas à Vereadora Leonor Fragoso nas suas novas funções. -----



----- De seguida quis deixar uma referência à campanha eleitoral que tem vindo a decorrer e a algumas matérias que têm sido abordadas e que são importantes para o território e também para a sua freguesia, sendo elas a questão da água, do seu aproveitamento, poupança e consciencialização das gerações futuras, a questão da floresta e a profunda alteração da paisagem com a destruição da mesma e isso merece uma reflexão séria e uma firme intenção de mudar e, por fim, a questão das assimetrias entre o centro e periferia, convidando, de novo, todos a irem visitar a sua freguesia para, no local, conseguirem perceber o que tem sido feito e as necessidades existentes, quais os anseios do mundo rural, e desta forma começar também a capacitar todas as pessoas, em especial os mais novos, para estes temas e vivências e desta forma não lhes passe ao lado esta problemática, contribuindo assim para o reforço do tipo de cidadão interessado e participante que se pretende construir. Deixou, por isso, mais uma vez o convite para se criarem outros espaços e outros tempos para atividade desta Assembleia. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que corria o ano de 2005 quando iniciou as suas funções autárquicas no concelho de Rio Maior, como eleito para o executivo da Junta de Freguesia de S. João da Ribeira, altura coincidente com a entrada da Dra. Isaura Morais na Junta de Freguesia de Rio Maior, que presidiu por quatro anos, sem apoio nenhum por parte da Câmara Municipal de Rio Maior, à data presidida pelo Partido Socialista, e depois esteve dez anos a recuperar o uma dívida de vinte e seis milhões de euros para os aproximadamente cinco milhões atuais, sem que para isso houvesse, em sua opinião, uma quebra no investimento e reconhecendo ainda a importância das freguesias devolvendo-lhes a dignidade, autonomia e principalmente tratando-as com respeito que merecem. Considerou, por isso, que não poderia deixar passar este momento sem lhe fazer o justo reconhecimento e deixar o agradecimento, em nome da União de Freguesias de S. João da Ribeira e Ribeira de S. João, por tudo o que fez pelo concelho e, principalmente, por tudo o que fez pela freguesia, nomeadamente a colaboração e participação ativa na implementação de serviços como o espaço do cidadão, o atendimento médico permanente, a farmácia 24 horas, e a preservação e recuperação do património histórico e cultural como foi o caso da Torre Mourisca,



afirmando que a seu tempo tem a certeza de que a freguesia lhe fará uma justa homenagem. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal em exercício, Luís Filipe Santana Dias, disse que sempre teve com a Câmara Municipal uma relação e uma posição de respeito, colaboração, disponibilidade, proximidade, confiança e lealdade, e que será essa a posição com que poderá contar da parte da Junta de Freguesia nas suas novas funções, deixando, desde logo, votos de muito sucesso e com a certeza que irá continuar da melhor maneira o projeto iniciado por uma equipa da qual que faz parte desde o primeiro dia, continuando a colaborar com a junta de freguesia no sentido de a fazer crescer, começando por assegurar a defesa do valioso património cultural que é Ruy Belo. Aproveitou também para cumprimentar também Vereadora da Cultura, Leonor Fragoso, desejando-lhe os maiores sucessos, e que possa vir a garantir a tão esperada e necessária construção da Casa Poeta Ruy Belo. -----

----- **Presidente da Junta da Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para deixar um agradecimento ao executivo da Câmara Municipal de Rio Maior, por finalmente ter sido feita a extensão da luz elétrica para o cemitério em São Sebastião, pedido que foi feito há já alguns anos. -----

----- De seguida quis também fazer uma referência à Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais e desejar-lhe as maiores felicidades no lugar que, com toda a certeza, irá passar a ocupar como deputada da Assembleia da República e fez votos que continue a ser a mesma pessoa que foi ao serviço da Câmara Municipal de Rio Maior, e mantenha as qualidades que irão fazer dela também uma boa deputada. -----

----- **Presidente da Junta da Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por subscrever as palavras do Presidente da Assembleia no que respeita à Presidente da Câmara Isaura Morais e remeteu a sua intervenção para uma próxima sessão com mais distanciamento e mais calma. Deixou um cumprimento de boas vindas à Vereadora Leonor Fragoso, desejando-lhe as maiores fortunas e o melhor desempenho neste cargo de grande responsabilidade e ao Presidente de Câmara em exercício, Luís Filipe Dias, desejou toda a sorte e tudo de bom no desempenho do restante mandato. -----

----- De seguida partilhou com todos a iniciativa “Kit Escolar da Junta de Freguesia de Rio Maior”, que teve o seu início no ano de 2018, medida esta que visa essencialmente



premiar e incentivar as crianças da freguesia e que pela primeira vez ingressam num nível escolar de maior responsabilidade, ou seja, é destinado a crianças que entram para o 1º ciclo nas escolas da freguesia. Afirmou que esta é uma iniciativa que enche de orgulho o executivo da Junta de Freguesia e quis, através desta intervenção, sensibilizar e mostrar o trabalho desenvolvido aos membros da Assembleia Municipal, dando a conhecer o kit trazendo, para isso, um exemplar do mesmo e solicitou que o mesmo pudesse passar por todos a fim de conhecerem o seu conteúdo. Disse ainda que estas medidas servem de apoio, incentivo e até de um certo alívio nos orçamentos familiares, contribuindo também para uma melhor qualidade no ensino em paralelo com o apoio técnico e operacional que o município e as juntas de freguesia também dão. Terminou agradecendo ao Colégio Alto Pina, ao Colégio Águas Férreas, à Escola Fernando Casimiro Pereira da Silva, à Escola Marinhas do Sal, ao Centro Escolar da Mina do Espadanal e ao Centro Escolar Latino Coelho, a todos os professores e a toda a comunidade escolar, pela forma como acolheram, desde o primeiro ano, esta iniciativa da Junta de Freguesia de Rio Maior. -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à preservação do meio ambiente e às alterações climáticas e às causas da degradação do ambiente que exigem respostas prontas que permitam a inversão desta tendência. Continuou dizendo que a destruição da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva são as principais causas da degradação do meio ambiente e são consequências de modo de produção capitalista que conduz à exploração abusiva dos recursos, muito para além das necessidades dos seres humanos. Saliu a salientar que se observa um sentimento generalizado da necessidade de adotar medidas no sentido de proteção da natureza e do equilíbrio ambiental e ecológico, mesmo reconhecendo que são múltiplos os fatores objetivos e subjetivos que influenciam as condições climáticas e as suas alterações. Referiu que os alarmismos em torno destas alterações climáticas só servem os interesses dos negócios em nome do ambiente e podem até servir como justificação para a criação de novas taxas e impostos, ditos verdes, que penalizam comportamentos individuais nas camadas mais pobres ou acentuam a implementação de mecanismo financeiros e especulativos, como o mercado de carbono, que tornam a poluição um negócio de milhões em que se torna mais barato poluir do que investir em tecnologia para reduzir as emissões da atmosfera.



Em Portugal, ao longo dos anos, tem vindo a ser desenvolvido um esforço notável na implementação políticas públicas defensoras do ambiente, como o abastecimento de água às populações, a defesa da água como um bem público, a implementação do saneamento básico com redes de recolha e tratamento de influentes, políticas de higiene urbana com recolha e tratamento de resíduos sólidos, o desenvolvimento de uma política de ordenamento do território com ocupação do solo e gestão de espaços públicos implementando e salvaguardando zonas de espaços verdes e de lazer e, mais recentemente, a participação na redução do tarifário dos transportes públicos como desincentivo à utilização do transporte individual. Disse ainda que no plano local a contribuição é limitada, mas que é dever de todos corresponder ao carácter emergente da questão assumindo a proteção da natureza e o equilíbrio ambiental e ecológico e contribuindo para a prevenção séria, mais empenhada e determinada pelo interesse público por parte do governos e autarquias e não por alarmismos e dramatizações baseados em cenários catastróficos. Terminou dizendo que a Coligação Democrática Unitária (CDU) irá continuar a lutar no sentido de exigir a adoção de medidas de reforço, nos meios do Estado, para desenvolver uma verdadeira política da defesa da natureza colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional e exigindo o desenvolvimento de medidas de reforço de investimento para o transporte público caminhando para a sua gratuitidade, o investimento na investigação com vista a diminuição da dependência de combustíveis fósseis e exigir igualmente um reforço dos meios financeiros das autarquias para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais no quadro das suas competências. -----

----- **Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referindo-se à FRIMOR- Feira Nacional da Cebola, disse que esta voltou a preencher o Pavilhão Multiusos e espaços envolventes de 5 a 9 de setembro, com a tradicional zona reservada aos ceboleiros, uma exposição de produtos do sector agroalimentar do concelho, uma área de exposição empresarial artesanato, tasquinhas e doçaria, divertimentos, exposição de máquinas agrícolas, feira franca e ainda os concertos. Disse ainda que o certame apresentou nesta edição algumas novidades, como é o caso do espaço do “Rio Maior Wine Bar” onde se podia provar um conjunto de vinhos de produtores concelhios por um preço simbólico e ainda que o cartaz dos concertos apresentado atraiu bastantes pessoas. Afirmou que existirão, com toda a



certeza, coisa a melhorar, mas que no geral a avaliação é positiva e que há que encontrar novos caminhos e públicos para este certame. -----

----- Por fim deixou uma palavra de reconhecimento e agradecimento à Dra. Isaura Morais estando certa que vai continuar a lutar por Rio Maior e ao Eng.º Luís Filipe Santana Dias para desejar votos de sucesso e que se continue a sentir que aquilo que importa é Rio Maior e o seu desenvolvimento. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por deixar também um agradecimento à Presidente da Câmara Isaura Morais, reforçando que o concelho de Rio Maior agradece e reconhece o seu trabalho e a sua amizade, e que esta homenagem não deve, nem pode ficar restringida a estas breves palavras nem a este momento. -----

----- De seguida quis dizer que em relação à Frimor o que se verifica é um acompanhamento da inovação deste tipo de eventos e deste tipo de feiras, respeitando a tradição, o nome e a própria marca do evento que já está na agenda de muitas pessoas deste concelho e fora dele, alcançando-se assim uma maior afluência e maior concretização comercial. -----

----- Questionou depois acerca da situação da Escola Profissional de Rio Maior porque teve conhecimento que se fala numa alteração do modelo de gestão atual e, perante isso, gostaria de obter alguma explicação sobre o assunto. -----

----- Terminou por deixar votos de felicidades ao Luís Filipe Dias nestas novas funções de presidente da câmara e que posa beneficiar da boa gestão do passado recente, e que de forma responsável e equilibrada possa trazer arrojo, modernidade e melhoria aos serviços e infraestruturas do concelho. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes e deixou votos de boas vindas e as maiores felicidades à Senhora Vereadora que agora integra o executivo. -----

----- Iniciou por deixar uma saudação a todos aqueles que são candidatos às eleições legislativas pelos mais variados partidos no concelho de Rio Maior e desejou que consigam os seus objetivos e levem Rio maior mais longe. Acrescentou ainda que a CDU considera que votar é uma obrigação cívica e um reconhecimento claro a uma das



conquistas do 25 de Abril, pelo que deixou um apelo à não abstenção, que consideram ser um erro grave, deixando toda a responsabilidade na vontade daqueles que votam. -

----- Seguidamente questionou, mais uma vez, sobre as obras do IC2 e da Estrada Nacional 114. -----

----- Relativamente à União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz quis deixar um elogio ao Presidente de Junta pelo esforço que fez para conseguir que das seis lâmpadas do miradouro, cinco já funcionem. Ainda no âmbito da freguesia fez referência a um rebentamento que houve na conduta principal e que nunca foi reposto o alcatrão na via principal e que agora voltou a rebentar nesse mesmo sitio, pelo facto de não ter sido reposto o alcatrão como deveria ser. Referiu-se, mais uma vez, à questão dos prédios abandonados na união de freguesias alertando para o perigo que representam para todos não só pelos desabamentos, mas também pelo proliferar de bichos por falta de limpeza, nomeadamente cobras e ratazanas, constituindo um verdadeiro perigo para a saúde pública. Deu ainda conta que estas situações estão mesmo junto a um pequeno jardim existente em terreno privado que foi feito na sequência de uma limpeza de terreno e que os restantes proprietários têm, pelo menos, a obrigação de limpar os prédios de que têm posse. No que se refere ao citado jardim chamou à atenção para o facto de ter sido solicitado à junta de freguesia um banco para lá ser colocado e que, se assim for, estaremos perante a utilização de um bem público num bem privado, e é preciso ter cuidado com este tipo de situação de utilização de bens públicos a favor de privados. -

----- Para terminar chamou à atenção para a situação da recolocação dos candeeiros em sintonia, sendo que já passaram os três meses indicados para análise dos consumos e desta forma serem trocados, pelo menos, os da praça. Questionou também se as lâmpadas colocadas na estrada a caminho da Freiria são LED, porque as colocadas parecem ser mais amareladas e não brancas e não se justifica que estando a gastar dinheiro duas vezes porque já estava feito o passeio e no fim de fazer o passeio é que serão feitos os buracos para por os candeeiros. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se congratular pelo facto de o jardim municipal já ter água e ser regado, afirmando que mais vale tarde do que nunca. -----

----- Questionou acerca da data de início das obras da Frente Ribeirinha que, segundo ata de Reunião de Câmara de 28 de junho de 2019, estaria prevista para o início de setembro e não se concretizou. -----



----- Acerca dos assuntos para conhecimento, nomeadamente o relatório da situação económica e financeira do município, disse que ao comparar o 1º semestre de 2018 com o 1º semestre de 2019 lhe surgiram dúvidas sobre o que consta no mesmo relativamente ao facto do município ainda não ter conseguido avançar para a concretização dos programas definidos e aprovados em orçamento e que a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimento se fixe em 17%, as Atividades Mais Relevantes em 35% e as Grandes Opções do Plano em 26%, estando já a meio do ano. Ressalvou ainda que em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2019, não foi registada qualquer estimativa de resultado semestral previsto pelas entidades participadas dado não haver informação disponível, atualizada à data, e referiu que o resultado líquido da DEPOMOR em 31 de dezembro de 2018, foi negativo. Prosseguiu dizendo que a análise de demonstração de resultados do 1º semestre de 2019 permite inferir de imediato um decréscimo dos resultados operacionais e ainda que os custos operacionais registaram um aumento de 4,9%, sendo generalizado a todas as rubricas, e que em termos da receita se verificou um aumento das vendas e prestações de serviços em cento e cinquenta e seis mil euros, resultante principalmente da evolução positiva da venda de água e serviços conexos e ainda do aumento das taxas para mercados e feiras, recordando que foi um acérrimo defensor da atualização da tarifa da água que se estimava que poderia dar um encaixe de cerca de quase um milhão de euros anual, permitindo o pagamento do défice através da redução de perdas. Por isso, questionou qual é a taxa da redução de perdas, do ano passado para este ano e de há dois anos para o ano passado. -----

----- Continuou dizendo que verificou também que os Revisores de Contas dizem que a diminuição dos custos e perdas extraordinárias em cento e cinquenta mil euros resulta do facto de as transferências de capital para as freguesias e instituições sem fins lucrativos estarem atrasadas, por falta de apresentação dos documentos necessários pelas juntas de freguesia, afirmando que foi apenas realizado 25% do valor aprovado para o ano inteiro com contratos interadministrativos. -----

----- Salientou que a independência financeira do Município medida pelo rácio receitas próprias/receitas totais deteriorou-se e se encontra agora abaixo dos 50%, passando dos 53,3% no primeiro semestre de 2018 para 45,8% no primeiro semestre de 2019. –

----- Terminou citando mais uma vez o relatório no que se refere ao facto de as outras dívidas a curto prazo terem registado um aumento acentuado, passando de mil quatrocentos e trinta e nove milhares de euros no final do exercício de 2018, para dois



mil centos e cinquenta e sete milhares de euros, mais de 49,9% no final deste semestre, resultando num acréscimo da dívida a fornecedores, conta corrente e a fornecedores de imobilizado, decorrente das inúmeras aquisições e obras em curso, sendo que os grandes investimentos não arrancaram ainda, deduziu que esta subida em 50% se deverá a despesa corrente, ressaltando ainda que neste momento o valor da dívida em atraso a fornecedores é de quinhentos mil euros. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção por lembrar que embora pague Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) não tem iluminação pública na estrada onde mora, não tem recolha de resíduos e não tem saneamento, dizendo que desconhece se é por opção das entidades competentes se é por desconhecimento. -----

----- De seguida referiu-se à Praça da República como principal praça do concelho, um espaço destinado aos peões e ao lazer, onde cortaram as árvores, se diminuiu o espaço destinado às pessoas para criar estacionamento naquela que deveria ser a zona mais nobre da cidade, contrariando a tendência atual de retirar os carros dos centros. Disse que há alguma desorganização naquele estacionamento não se percebendo muito bem como se estaciona e como se retiram os carros, como é controlado o tempo do estacionamento e se, por ventura, aquele vai e vem de veículos não representará um perigo para os peões que por ali passam. -----

----- Relativamente à Frimor, questionou qual foi a razão que levou a que fosse alterada a data do evento, já que a anterior já estava interiorizada pelas pessoas e era já uma referência para realização da feira. Considerou que mais importante que alterar a data teria sido alterar o espaço para estacionamento e investir em terrenos contíguos à feira, em vez de investir em imóveis que não se sabe para o que vão servir. Disse ainda que a feira de setembro é uma feira popular, de rua, ao contrário da feira das Tasquinhas, e que se o pavilhão não chega, criem-se condições na rua para que esta se desenvolva e cresça. Acrescentou que esta é uma feira com o objetivo de divulgar e de promover as potencialidades económicas da região, e que não lhe parece que essa seja uma preocupação desta Câmara, porque não fomentam nem desenvolvem, nem tentam desenvolver os diversos sectores, com vista ao crescimento da economia local. Questionou se a Câmara já se terá lembrado de sugerir às Abuxanas que registem a marca da batata doce, que certifiquem o produto, oferecendo ajuda nesse processo, e afirmou que há imensos produtos em Rio Maior que podem e precisam de ser



divulgados, o vinho, o azeite, o mel, os queijos, os enchidos, a doçaria, o sal, a panificação, a produção agrícola entre outros, e a feira devia de ser uma montra de Rio Maior, deixando todos os lugares de destaque na feira para os produtores do concelho, não lhe parecendo que haja essa preocupação, nem pela disposição, nem pela apresentação dos produtos, reforçando que o objetivo desta feira deve ser o de se dar um foco especial aquilo que se produz no concelho. Ainda sobre a feira, disse que os horários deviam também ser revistos, principalmente a hora da inauguração porque às 16 horas e 30 minutos é difícil para quem trabalha e só alguns autarcas é que podem assistir à cerimónia e considera que seria importante que todos pudessem participar na mesma. Quanto ao espaço de animação disse que este funciona até horas impróprias, sem grande público e objetivo, perturbando muitos riomaiorenses. -----

----- Por fim referiu-se à existência da vespa asiática no concelho e questionou o Presidente da Câmara em substituição sobre o que se tem passado porque, a fazer fé no que se viu na comunicação social, parece que a câmara municipal não está preparada para a resolução deste assunto mesmo sendo esta uma das competências da proteção civil, questionando também se se existe algum plano definido para estes casos. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à situação da ausência da Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais, por suspensão do mandato por se candidatar às próximas legislativas como cabeça de lista pelo Distrito de Santarém e pelas listas do PSD. Continuou dizendo que faz suas as palavras do Presidente da Assembleia Municipal e de tantos outros membros desta Assembleia, não querendo deixar de dar os parabéns Partido Social Democrata por terem convidado a Dra. Isaura Morais para cabeça de lista pelo distrito e desejar à própria as maiores felicidades no novo cargo para o qual, com toda a certeza, será eleita e que desempenhará com tanto empenho, dedicação e competência como o fez à frente do Município de Rio Maior nestes últimos dez anos, e também, no período que antecedeu, como Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior durante quatro anos. Continuou agradecendo todos os préstimos e o excelente trabalho que realizou enquanto Presidente da Câmara e desejou ao Presidente da Câmara em exercício, Luís Filipe Santana, os maiores sucessos no cargo, assim como ao executivo municipal em funções, dizendo que o seu sucesso será também o sucesso



dos riomaiorenses e de todo o nosso Concelho. Deu ainda as boas vindas à Vereadora Leonor Fragoso desejando-lhe os maiores sucessos. -----

----- Relativamente à última intervenção sobre a Frimor afirmou que os executivos da coligação PSD/CDS muito têm feito por esta feira e que a verdadeira descaracterização e desvalorização do certame foi feita, isso sim, nos últimos mandatos do Partido Socialista, levando quase à sua extinção. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- No que diz respeito à referência feita ao título de Presidente de Câmara em substituição, disse que enquanto regime legal apenas conhece o título de Presidente de Câmara. Deixou ainda as boas vindas à Vereadora Leonor Fragoso e desejou-lhe as maiores felicidades, estando seguro de que irá desempenhar as funções muito bem. ---

----- Informou ainda, a pedido de Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, que o “Kit Escolar” foi entregue a cento e catorze crianças. -----

----- Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Associou-se, desde logo, às manifestações de apreço em relação à Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais e elogiou, mais uma vez, o caminho por ela percorrido, reconhecendo a grande responsabilidade que é suceder a esta grande mulher, por todos reconhecida. Agradeceu também a todos os que lhe endereçaram votos de bom trabalho e deixou o compromisso para com todos, sem exceção, de que dará o seu melhor para, em conjunto com o seu executivo, continuar a levar Rio Maior por bom caminho e que, nesse sentido, o seu compromisso é público e para com todos e que irá continuar o bom trabalho que tem vindo a ser feito. -----

----- Iniciou por agradecer ao Presidente da Junta de São Sebastião a menção à obra realizada dizendo que para além de ser uma obrigação este tipo de intervenção e também uma alegria que tenha sido possível realizar esta infraestrutura naquela freguesia. Ao Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, agradeceu, além das suas palavras, o gesto e a excelente ideia que foi o “Kit Escolar”, muito apreciada pelos encarregados de educação e pelas próprias crianças. -----

----- No que respeita às questões colocadas começou por informar que relativamente às obras do IC2 tem vindo a ser feita, de forma reiterada, muita insistência à Infraestruturas de Portugal sendo que ocorreu em agosto uma reunião com um técnico



desta entidade, a Junta de Freguesia de Asseiceira e Câmara Municipal no sentido de resolver não só a situação do nó e o mau estado do piso na zona da Asseiceira, mas também a requalificação de todo o traçado. Pediu que a CDU possa, junto do Governo, fazer alguma força para dar celeridade a este projeto e a esta obra. -----

----- De seguida esclareceu que o rebentamento que aconteceu na Vila da Marmeleira se deve a um problema das linhas de água e que se trata de uma obra que desde o seu início teve bastantes percalços. Continuou dizendo que a questão da falta de pressão está sanada, que foi com grande esforço dos técnicos que se conseguiu resolver esse problema e que se encontra também a ser executada a garantia da obra que permitirá a reparação de todos os cortes e abaixamentos, sendo que assim que esta estiver executada haverá condições de se proceder à reparação da situação. -----

----- No que respeita aos prédios abandonados informou que os serviços têm feito bastantes vistorias de salubridade a imóveis e que a questão que foi levantada é entre privados, fora do âmbito das competências da câmara municipal. Não obstante essa situação, informou que a câmara municipal terá que se substituir aos proprietários no sentido de garantir a salubridade dos centros urbanos e definir quais as intervenções prioritárias para dar início aos procedimentos que levam à posse administrativa e à correção destas situações. -----

----- Sobre a colocação do banco pela junta de freguesia em terreno privado disse que a melhor opção seria ir a uma sessão da Assembleia de Freguesia e expor a situação, já que esta extravasa o âmbito de ação da câmara municipal e assim esclarecer como foi tratado o assunto. -----

----- Acerca da colocação das lâmpadas LED referiu que se tratou de um trabalho conjunto da câmara municipal e da junta de freguesia e voltou a dizer que a empreitada de substituição para lâmpadas LED ainda não está concluída e que estranha que aquelas agora colocadas não sejam LED já que a iluminação de referência utilizada pela EDP, nesta fase, já só é LED e que só assim estará cumprido aquilo que está decidido. Disse ainda que a situação irá ser confirmada no local. -----

----- Agradeceu o reparo feito à melhoria das condições do jardim municipal explicando, mais uma vez, que aquele espaço atravessou um grave problema de manutenção e de necessidade no sistema de rega, que agora se espera estar resolvido dando um outro aspeto comparativamente aquilo que estava há dois ou três meses atrás. -----

----- Quanto ao início das obras de requalificação da zona ribeirinha disse que estava efetivamente previsto para setembro, mas que por constrangimentos decorrentes do



procedimento de concurso público não foi possível, sendo expectável que nas próximas semanas se possa começar a instalar o estaleiro e as terraplanagens a começar. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as suas palavras que o responsabilizam e saúdam e afirmou que é seu compromisso respeitar este órgão e a posição que ocupa. -----

----- Relativamente às questões sobre a situação económica e financeira solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que pudessem ser dados os esclarecimentos técnicos pelo Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Financeira na altura da apresentação dos assuntos para conhecimento. -----

----- De seguida, dirigindo-se à deputada municipal de plenos poderes em efetividade de funções Anabela da Costa Azenha, disse que pode até não gostar-se de como ficou a Praça da República mas dizer-se que no cenário atual se diminuiu o espaço aos peões e se aumentou o espaço destinado aos veículos é ter alguma dificuldade em ver o trabalho feito e não fazer parte desta terra, porque antes desta requalificação esta praça tinha em média uma dúzia de carros estacionados por toda ela, o que atualmente não acontece, a não ser que seja algum carro com uma necessidade especial, alguma emergência ou de descarga de valores no banco. Quanto à forma de estacionamento, esclareceu que o mesmo foi marcado há dois dias nos locais onde não estava, sendo que como se mede o tempo de estacionamento é função de quem deve fiscalizar o estacionamento e quem deve fiscalizar o estacionamento com o quadro de competências atual é a Guarda Nacional Republicana. -----

----- Acerca da FRIMOR, agradeceu os reparos que foram feitos, dizendo que efetivamente esta sofreu alguns inputs, muitos deles resultantes das sugestões que foram chegando ao longo do tempo, acrescentando como resposta às críticas saudosistas, que respeita, mas não consegue compreender, que a feira mudou porque as condições de vida mudaram e o mundo mudou. Admitindo que possam discutir-se as preferências e as escolhas feitas para esta feira, o que lhe custa aceitar é que a alteração da data seja o maior problema, até porque historicamente se pode confirmar que uma variação de datas. Explicou que as situações que levaram à escolha desta data foi, em primeiro lugar, o facto de muitas vezes ser chamado à atenção que a realização da mesma coincidia com a segunda quinzena de agosto e, conseqüentemente, com o período de férias de muita gente e, em segundo lugar, o facto de nessa data já todos terem recebido os seus vencimentos e por isso estarem mais à vontade para sair e aproveitar a feira. Disse ainda que houve uma boa afluência de



visitantes e que a feira esteve cheia e afirmou que existe uma visão para esta feira, pode é ser diferente de outras. Acerca do estacionamento na feira, ou a falta dele, lembrou, mais uma vez, que na altura não foi feito qualquer planeamento e onde antes existia um campo aberto existem agora prédios e construção, resultando numa falta de espaço que permita, hoje, potenciar as atividades e o apoio devido ao evento. -----

----- Disse que outra coisa que acha incompreensível é que seja afirmado que não estavam presentes os produtos do concelho, como o sal, o mel, o vinho, o azeite, quando a nave principal do pavilhão tinha em exclusivo esses produtos e mais. Relativamente à hora da inauguração explicou que foi marcada para essa hora de forma a permitir que às 18 horas se pudesse abrir as portas aos visitantes. Explicou também que não houve tenda com horário alargado este ano e o que houve foram os concertos seguidos de DJ em espaço aberto e que o horário mais alargado foi no máximo até às 4 da manhã no sábado. -----

----- Relativamente à situação da vespa asiática informou que a câmara municipal não está preparada para fazer este serviço e que o procedimento definido é que logo que é identificado o ninho seja contactada a brigada da SEPNA/GNR para validar a existência do mesmo e, após essa validação, ser transmitido aos serviços municipais que, através de um serviço contratado, se desloca ao local e faz a remoção do ninho com uma série de procedimentos que tem que ser respeitados para evitar a sua propagação. -----

----- Sobre a situação da Escola Profissional de Rio Maior disse que esta tem, desde de 2016, um financiamento do POPH na ordem dos 85%, tal como anteriormente, mas enquanto os anteriores governos assinaram sempre um despacho de exceção que garantia os 100% do financiamento à escola, isso foi agora abandonado, coisa que, em seu entender, se estranha num governo maioritariamente da linha de esquerda, inviabilizando aquele que é o ensino profissional detido em 80% pela Câmara Municipal. Continuou dizendo que, política à parte, foram encontradas preocupações pelo concelho de gerência acerca da viabilidade da escola apenas com os 85% do financiamento do POPH, sendo estas demonstradas ao seu maior acionista e àquele que é também o mais dotado de meios técnicos e de contactos para podere fazer o caminho de tentar resolver o problema da falta de financiamento para os restantes 15% de forma a permitir a sua salutar gestão. Deu conta que foram pedidas várias reuniões à Secretaria de Estado da Educação, tentando de alguma forma fazer alguma pressão no sentido de serem dadas as condições de financiamento dos restantes 15% para poder continuar a trabalhar, reunião essa que nunca teve lugar, nunca foi marcada, não obstante a



insistência da Câmara Municipal. Partilhou que desde aí foi tomada a decisão de, ouvido o conselho de gerência, a Câmara Municipal, enquanto maior acionista, procurasse soluções, sendo isso que neste momento se encontra a fazer no sentido de tentar encontrar forma de viabilizar uma escola se que tem pautado por um ensino de nível de excelência que se quer manter. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Esclarecimentos da Secretaria de Estado das Autarquias Locais sobre a alteração dos prazos para os municípios comunicarem eventual não exercício de competências transferidas em 2020** -----

----- **Informação Sobre a Situação Económica e Financeira Semestral do Município de Rio Maior** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 2)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Disse que este documento reflete apenas um semestre e que aguardará o final do ano para ver os resultados, chamando, no entanto, à atenção para o facto de no final do relatório existir o que presume ser um engano, nomeadamente onde refere a existência de uma página 22 quando no documento só existem 20 folhas e essa última tem os quadros indicados. -----

----- Esclareceu ainda que quando utilizou a expressão Presidente em Exercício foi apenas por uma questão de respeito à Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais que, segundo sabe, se encontra em suspensão de funções, e não no sentido ofensivo para o Luís Filipe Dias.-

----- Por último, fez ainda referência ao facto de já terem passado dois anos desde o início do mandato e ainda não ter sido convocada, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a Comissão de Análise e Revisão do Regimento, havendo coisas



que importam esclarecer, alterar e adaptar à lei em vigor. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Em relação ao regimento assumiu que de facto a responsabilidade é sua, porque a assumiu pessoalmente, mas é sua porque a chamou a si no sentido de resolver um problema que uma comissão não resolveu durante quatro anos. -----

----- Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimento das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

---- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Financeira para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Financeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que se trata de uma prestação de contas semestral e, assim sendo, o grau de execução depende do andamento dos processos e das obras, dando como exemplo a obra da zona ribeirinha, um investimento de um milhão e novecentos mil euros, que devido a questões administrativas e pedidos de esclarecimentos do Tribunal de Contas, teve um atraso, o que significa que no primeiro semestre não teve qualquer execução, mas até ao final do ano pode haver uma execução de oitocentos mil euros, portanto ou seja, no segundo semestre o grau de execução pode aumentar para 50%. Disse, por isso, que o grau de execução das contas semestrais depende sempre do andamento dos processos do início de execução, aplicando-se o mesmo aos contratos interadministrativos e acordos de execução com as juntas, que dependem de procedimentos e formalidades. Afirmou que não se trata de uma questão de tesouraria, mas sim administrativa e formalização dos procedimentos, através da apresentação dos relatórios e respetivos autos. Informou ainda que em relação à zona ribeirinha a consignação irá ser feita na próxima semana e que em relação à água só no segundo semestre é que se conseguirá dar o valor mais ou menos real. Portanto, em termos de prestação de contas, tem que ter sempre em conta todo o ano e não, apenas um semestre, e a comparação será fiável ao ser feita anualmente e não semestralmente. -

----- Acrescentou que havendo quaisquer dúvidas os serviços estariam disponíveis para esclarecer bastando para isso dirigir-se aos mesmos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



----- Voltou a referir que havendo mais questões as mesmas poderiam ser dirigidas à Mesa ou por escrito e que não haveria, neste momento, mais diálogo sobre este assunto. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Interveio para dizer que é um direito que lhe assiste colocar questões para que estas fiquem em ata e continuou dizendo que foi referido que o Plano Plurianual de Investimento e as Atividades Mais Relevantes estavam como uma taxa baixa e acontece que, entretanto, a dívida aumenta, o que é coadjuvado pelos revisores de contas pelo grande número de obras, e mediante esta situação, afirmou que não percebeu. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Considerou uma falta de educação e respeito o deputado municipal ter continuado o diálogo quando a discussão já tinha terminado, sem pedir a palavra e sem invocar qualquer norma regimental. Voltou a dizer que havendo dúvidas poderia tê-las colocado à Mesa usando o regimento e acrescentou que se não estiver satisfeito com a forma como é presidida esta Assembleia poderá utilizar os mecanismos regimentais. Terminou dizendo que tendo o deputado municipal mais dúvidas as deverá colocar por escrito. --

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Eleição de Presidentes de Junta de Freguesia (efetivo e suplente) para representação das freguesias do concelho no XXIV Congresso da ANMP** ----

----- O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e disse que foi apresentada uma única lista pela Coligação Juntos pelo Futuro (CJF), designada por Lista A (anexo 2), que foi lida pelo Presidente da Mesa. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Efetuada a votação por sufrágio secreto, recolhidos e escrutinados os votos, foi eleita a **Lista A por maioria com 21 votos a favor e 7 votos em branco** (28 presenças) (anexo 3). -----

----- **Ponto II – Nomeação do Conselho Municipal de Educação** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a nomeação do Conselho Municipal de Educação de acordo com a proposta da Câmara Municipal, nos termos do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, com a seguinte constituição: -----



----- O presidente da câmara municipal, que preside, Eng.º Luís Filipe Santana Dias; --  
----- O presidente da assembleia municipal, Dr. António Manuel da Silva Arribança; ----  
----- A vereadora responsável pela educação, Dr.ª Maria Leonor Magalhães Fragoso; -  
----- Os diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas, Dr. José Albino Frazão Correia, Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, Dr. Paulo Jacinto Correia de Almeida, Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, Dr. Carlos Alberto Lucas Ribeiro, Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal; ----  
----- Freguesias do concelho, representadas pelo presidente da junta de freguesia eleito em Assembleia Municipal, Ana Filipa Bernardo Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia Asseiceira; -----  
----- Departamento governamental responsável pela área da educação, Dra. Maria Eugénia Rodrigues Correia de Sousa; -----  
----- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Eng.º José Pedro Neto, Vice-Presidente (efetivo), e nas suas ausências ou impedimentos, a Dra. Teresa Rosa; -----  
----- Instituições de ensino superior público, Professor Doutor Luís Cid, Diretor da Escola Superior de Desporto de Rio Maior; -----  
----- Pessoal docente do ensino secundário público, Francisco António Quartilho Vieira, professor em exercício na Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira; ----  
----- Pessoal docente do ensino básico público, Maria Fernanda da Piedade Frazão, Coordenadora da EB Poeta Ruy Belo; -----  
----- Pessoal docente da educação pré-escolar pública, Maria Margarida Cardoso Canavarro, educadora de infância na EB Latino Coelho; -----  
----- Conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, Dr.ª Micaela Almeida Vieira, Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, Dr.ª Lúcia Maria da Cruz Marques, Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, Dr. Adelino Madeira, Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal; -----  
----- Estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados, Dr. João União, Diretor da Escola Profissional de Rio Maior; -----  
----- Associações de pais e encarregados de educação, Anabela Santos, Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, e Carlos Miguel de Jesus Vieira de Oliveira Beja, e como suplente Liliana Marques Alonso, que poderá ainda ser substituída por Marisa Isabel



Henriques Carvalho Marcelino, da Associação de pais e encarregados de educação do Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva; -----  
----- Associações de estudantes, Francisco Cordeiro, Presidente da Direção da Associação de Estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior; -----  
----- Instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação, Dr. Marco Nobre - Serviços públicos de saúde, Enfermeira Sandra Isabel Barbosa Vieira Almeida; -----  
----- Serviços da segurança social, Dr.ª Susana Germano Fonseca, técnica de serviço social; -----  
----- Serviços de emprego e formação profissional, Conceição Isabel Eugénio da Silva, Diretora do Centro de Emprego e Formação, e em caso de impossibilidade poderá ser representada por um dos dois Diretores Adjuntos deste Centro; -----  
----- Serviços públicos da área da juventude e do desporto, Dr.ª Eduarda Maria Gomes Marques, Diretora Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IPDJ, e como suplente, Dr.ª Paula Cristina Marques Lopes, Técnica Superior na UO de Santarém da DRLVT do IPDJ; -----  
----- Forças de segurança, 2.º Sargento Luís Filipe Rodrigues Fernandes; -----  
----- Conselho municipal da juventude, Sara Rodrigues. -----  
----- Referiu ainda que esta alteração decorre da lei com a inclusão de mais entidades, e esclareceu que a câmara contactou todas as entidades para fazerem parte do Conselho de Educação, nomeando os seus representantes e para a manutenção dos representantes já designados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----  
----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes, com 25 votos a favor (25 presenças). -----

----- **Ponto III – Modificação Orçamental - 4.ª Revisão ao Orçamento da Despesa Grandes Opções do Plano (AMR E PPI) 2019**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação da proposta de Modificação Orçamental – 4ª Revisão ao Orçamento e 4ª Revisão às Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes 2019, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de



12 de setembro e a respetiva assunção dos compromissos plurianuais para anos seguintes. -----

----- Disse ainda que esta modificação orçamental diz respeito ao reforço do serviço de limpeza do cineteatro, a um projeto que se está a desenvolver cuja intenção é estender-se a todo o concelho, começando na Freguesia de Arroquelas e que se chamará “Rota Turística do Azeite” e, por fim, a inclusão no Plano Plurianual de Investimentos das obras a efetuar no valor do empréstimo. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 5 abstenções dos Deputados Municipais Hilário da Silva Santos, António Manuel da Silva Moreira, Anabela Costa Azenha, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (25 presenças). -----

----- **Ponto IV – Empréstimo de Médio e Longo Prazo, destinado a Investimentos Municipais, até ao montante de 1.200.000,00€ - Proposta de contratação** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é autorização para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, destinado a investimentos municipais, até ao montante de um milhão e duzentos mil euros, à Caixa de Crédito Agrícola, conforme a sua proposta, com uma taxa indexada à Euribor a 6 meses aplicando uma cláusula “floor zero”, acrescida de um “spread” de 0,600%, sem aplicação de quaisquer comissões ou encargos. -----

----- Afirmou que se trata efetivamente de uma mudança, mudança essa que só é possível devido ao bom trabalho de gestão dos últimos dez anos, possibilitando, hoje, a escolha contrair de um empréstimo no valor total de um milhão e duzentos mil euros, para as obras que se revelam necessárias há já várias décadas e para se poder executar estes projetos sem um grande esforço de tesouraria. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Interveio para dizer que é bem visível hoje a saúde económica e financeira do município, graças ao bom trabalho dos executivos liderados pela Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais, e que permite haver condições de poder financiar um conjunto de intervenções recorrendo à sua capacidade de endividamento, recordando que esta foi esgotada no executivo do Partido Socialista, e que só com o bom senso dos últimos anos levou a que fosse



ultrapassada sem nunca haver inviabilização do investimento. Afirmou que felizmente hoje existe a possibilidade de se recorrer a essa capacidade de endividamento, adquirida pela competência e o rigor dos executivos dos últimos dez anos, lembrando a substancial redução da dívida herdada, que era cerca de vinte e seis milhões de euros, e que em levou a algumas contingências no desenrolar dos mandatos. Indicou o sentido de voto da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro como favorável. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por justificar o seu atraso por ter estado a participar na sessão das Jornadas Europeias do Património da ICEL<sup>1920</sup>. -----

----- Quis, desde logo, saudar o Presidente da Câmara por querer fazer investimentos e repudiar as palavras da deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias proferidas na intervenção anterior. E, nesse sentido, afirmou que aquilo que impediu que o município fizesse investimentos foi o facto de se aplaudir a política do governo que antecedeu o atual governo, que até fez um plano de contenção especial para os investimentos da câmara municipal, e que nunca durante os mandatos do Partido Socialista houve algum problema de endividamento ou se saneamento financeiro, não se lembrando nunca, nos quatro ou cinco mandatos que já fez na Assembleia Municipal, de alguma vez haver dificuldade de endividamento. Disse que sempre saudaram e continuam a saudar, todo o tipo de financiamento que sirva para o desenvolvimento do concelho e para mobilizar candidaturas financiadas a 80% ou 85%. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 25 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Empréstimo de médio e longo prazo destinado a investimentos municipais. Caiu a máscara. Para quem dizia que não precisava de contrair empréstimos, a não ser de tesouraria e foi o que aconteceu no decorrer nos últimos anos, para quem afirmou ano após ano contas certinhas, pagamentos de dívidas sem empréstimos e agora para fazer alguns investimentos, mais uma vez poucos no mundo rural e a grande maioria na cidade, tem de contrair um empréstimo no valor de um milhão e duzentos mil euros para suportar a componente nacional do Município. É uma obrigação legal para quem assim gere. A CDU absteve-se, para que os munícipes possam ver resolvidos alguns, poucos,



dos problemas que tem no espaço urbano; a CDU absteve-se porque este não é o nosso modelo de gestão, mas é bom lembrar que será sempre bom não esquecer, que este milhão e duzentos mil euros de empréstimos, que se dizia que nunca seriam feitos no modelo de gestão do executivo PSD, vai custar ao zé povinho, a todos nós que pagamos os impostos, mais meio milhão de euros”. -----

**----- Ponto V – Atribuição de apoio financeiro para aquisição de um trator pela União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo -----**

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é atribuir um apoio financeiro à União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo, no montante de 12 000,00€ (doze mil euros), destinado à aquisição de um trator. -----

----- Esclareceu que, não obstante a Câmara Municipal ter neste momento uma figura legal de transferência de competências, que cumpre e na qual houve um acréscimo de 37,5%, revelando uma filosofia de continuidade no reforço da proposta do trabalho das freguesias e no seu reconhecimento enquanto autarquias imprescindíveis para o bom desenvolvimento do território, esta é uma nova forma de apoio pontual às freguesias e, á exceção das freguesias de Rio Maior e Alcobertas, que pela sua dimensão e orçamento têm já condições de manter um parque de máquinas, tentar-se-á equitativamente apoiar aquelas que terão mais dificuldades pela sua dimensão e natureza. Explicou que este apoio de doze mil euros serve para ajudar na aquisição de um trator que orça em vinte e cinco mil euros pela Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo, e que este será o método utilizado para todas as freguesias.-

**----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----**

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor e 1 abstenções do Presidente de Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo (27 presenças). -----

**----- Declaração de Voto do Presidente de Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo que se transcreve na íntegra: -----**

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Eu absteve-me, obviamente, por haver conflitos de interesses e eu ser o Presidente da Junta que vai receber esse apoio, então achei por bem fazer essa abstenção. Agradecer à Assembleia o apoio dado, portanto a deliberação dada no sentido de vir



esse apoio e agradecer ao executivo camarário, portanto, o respeito que tem pelas freguesias e a ajuda que nos tem dado.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Disse que, na sua modesta opinião, não existe conflito de interesses visto não ser nenhum assunto pessoal e sim uma representação da junta de freguesia e dos seus interesses neste órgão.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU votou a favor para não prejudicar o povo e os munícipes de Malaqueijo, mas esta não é a forma correta de gerir o Município em nosso entender (só um aparte: Senhor Presidente em exercício, quando um Deputado está a falar não se ponha a rir). A Câmara Municipal deveria criar um parque de máquinas para as freguesias, gerido pelos Senhores Presidentes de Junta, e este é o nosso entendimento, porque aquilo que está a acontecer é que nos parece que a opção é cada um por si e quem paga é o zé povinho. Entendemos que seria preferível criar um parque de máquinas gerido pelos Senhores Presidentes de Junta e ser a Câmara a fazê-lo.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Conforme decidido no início da reunião por unanimidade dos presentes, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos pontos VI a XX para serem discutidos em simultâneo, chamando à atenção que a proposta a votação é não aceitar a transferência das competências previstas e, portanto, aquando da votação individual o que estará em causa é a aprovação da proposta da Câmara. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Começou por dizer que a Câmara Municipal de Rio Maior é totalmente defensora e promotora da descentralização e prova disso é a forma de trabalhar com as freguesias e o facto de ter assumido a única competência em que se sentiu que estavam reunidas as condições para ser aceite de forma responsável no âmbito da educação. No entanto, afirmou que considerando que em nada foram alterados os pressupostos existentes aquando da rejeição das competências para 2019 e que, na sua esmagadora maioria, existe um desconhecimento total de qual é o envelope financeiro que acompanha a assunção das competências a ser executadas, mantem-se a posição já tomada de não aceitar as competências em causa. Terminou dizendo que a responsabilidade do cargo que ocupa exige que aceite as competências onde são claras as atribuições dadas e se



rejeite as competências que não são esclarecidas, afirmando ser esta a posição política que assume, admitindo que possam haver outras defendidas noutras ideologias. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Após a apresentação dos pontos, abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal nos pontos VI a XX. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Disse que, até ao momento, no âmbito da descentralização de competências para as autarquias locais e outras entidades intermunicipais, iniciada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, setenta e nove autarquias recusaram ou tem vindo a recusar este processo de descentralização, dando conta que este não é o entendimento do Partido Socialista no sentido em que consideram a atitude correta fazer reformas com equilíbrio, de forma gradual. Salientou que este é um processo gradual, entre 2019 e 2021, em que as competências podem ser aceites aos poucos ou todos no final do prazo, e confessou que fica preocupado por Rio Maior continuar a não aceitar nenhuma das competências, nem mesmo de forma gradual, previstas nos onze diplomas sectoriais que já saíram, faltando ainda sair vinte e cinco. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Subscreveu as palavras do Presidente da Câmara no que se refere à justificação que deu para a não assunção das competências que agora se apresentam para votação. Disse compreender perfeitamente que não havendo alteração relativamente a estas justificações, que já foram as mesmas que foram dadas a quando da transferência de competências para 2019, ou alteração substancial que justifique a sua aceitação, a posição se mantenha e, por isso, indicou o sentido de voto da bancada da coligação como favorável à proposta da Câmara Municipal. Acrescentou que esta é uma altura de alteração do governo e de parlamento e que, assim sendo, se deve aguardar até para que se possa ver como será o pacote financeiro explicado e entendido porque não é possível as Câmaras Municipais aceitarem as competências que lhe são atribuídas sem esse conhecimento, sob pena de ter que utilizar verbas próprias nas competências transferidas e que por ora ainda competem a administração central. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Após as intervenções sobre os pontos em discussão, o Presidente da Assembleia Municipal colocou-os à votação separadamente. -----



**----- Ponto VI – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres) – Ano 2020 -----**

----- Colocada a votação, foi deliberado **por unanimidade** dos presentes (28 presenças), que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27 de novembro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres, para o ano 2020. -----

**----- Ponto VII – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 98/2018 de 27 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo) – Ano 2020 -----**

----- Colocada a votação, foi deliberado, **por maioria** de 22 votos a favor e 6 votos contra (28 presenças) dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Anabela da Costa Azenha, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Joaquim Alves Ferreira, que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 98/2018, de 27 de novembro, para o ano de 2020. -----

**----- Ponto VIII – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 100/2018 de 28 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação) - Ano de 2020 -----**

----- Colocada a votação, foi deliberado, **por maioria** de 22 votos a favor e 6 votos contra (28 presenças) dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Anabela da Costa Azenha, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Joaquim Alves Ferreira, que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 100/2018, de 27 de novembro, para o ano de 2020. -----



**----- Ponto IX – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 101/2018 de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça) - Ano de 2020 -----**

----- Colocada a votação, foi deliberado, **por maioria** de 22 votos a favor e 6 votos contra (28 presenças) dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Anabela da Costa Azenha, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Joaquim Alves Ferreira, que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, para o ano de 2020. -----

**----- Ponto X – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 103/2018 de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários) - Ano de 2020 -----**

----- Colocada a votação, foi deliberado, **por maioria** de 22 votos a favor e 6 votos contra (28 presenças) dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Anabela da Costa Azenha, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Joaquim Alves Ferreira, que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 103/2018, de 29 de novembro, para o ano de 2020. -----

**----- Ponto XI – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 104/2018 de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão) - Ano de 2020 -----**

----- Colocada a votação, foi deliberado, **por maioria** de 22 votos a favor e 6 votos contra (28 presenças) dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Anabela da Costa Azenha, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Joaquim Alves Ferreira, que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, para o ano de 2020. -----



**----- Ponto XII – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 105/2018 de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação) - Ano de 2020 -----**

----- Colocada a votação, foi deliberado, **por maioria** de 22 votos a favor e 6 votos contra (28 presenças) dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Anabela da Costa Azenha, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Joaquim Alves Ferreira, que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 105/2018, de 29 de novembro, para o ano de 2020. -----

**----- Ponto XIII – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 106/2018 de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização) - Ano de 2020 -----**

----- Colocada a votação, foi deliberado, **por maioria** de 22 votos a favor e 6 votos contra (28 presenças) dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Anabela da Costa Azenha, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Joaquim Alves Ferreira, que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, para o ano de 2020. -----

**----- Ponto XIV – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 107/2018 de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público) - Ano de 2020 -----**

----- Colocada a votação, foi deliberado, **por maioria** de 22 votos a favor e 6 votos contra (28 presenças) dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Anabela da Costa Azenha, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Joaquim Alves Ferreira, que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, para o ano de 2020. -----



**----- Ponto XV – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção e saúde animal e da segurança de alimentos) - Ano de 2020 -----**

----- Colocada a votação, foi deliberado, **por maioria** de 21 votos a favor e 6 votos contra (27 presenças) dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Anabela da Costa Azenha, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Joaquim Alves Ferreira, que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, para o ano de 2020.-----

**----- Ponto XVI – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 22/2019 de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura) - Ano de 2020 -----**

----- Colocada a votação, foi deliberado, **por maioria** de 21 votos a favor e 6 votos contra (27 presenças) dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Anabela da Costa Azenha, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Joaquim Alves Ferreira, que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, para o ano de 2020.-----

**----- Ponto XVII – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde) - Ano de 2020 -----**

----- Colocada a votação, foi deliberado, **por maioria** de 21 votos a favor e 6 votos contra (27 presenças) dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Anabela da Costa Azenha, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Joaquim Alves Ferreira, que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, para o ano de 2020.-----



----- **Ponto XVIII – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 58/2019 de 30 de abril (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do Transporte em vias navegáveis interiores) - Ano de 2020** -----

----- Colocada a votação, foi deliberado **por unanimidade** dos presentes (27 presenças), que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 58/2019, de 30 de abril, para o ano de 2020. -----

----- **Ponto XIX – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 72/2019 de 28 de maio (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuárias) - Ano de 2020** -----

----- Colocada a votação, foi deliberado **por unanimidade** dos presentes (27 presenças), que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 72/2019, de 28 de maio, para o ano de 2020. -----

----- **Ponto XX – Transferência de Competências para as Autarquias e Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21/08/2019 (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cogestão das áreas protegidas) – Ano de 2020** -----

----- Colocada a votação, foi deliberado, **por maioria** de 21 votos a favor e 6 votos contra (27 presenças) dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Anabela da Costa Azenha, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e Joaquim Alves Ferreira, que seja informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende a transferência das competências previstas no Decreto-lei n.º 116/2019, de 28 de agosto, para o ano de 2020. -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU vai a fazer declaração de voto que fez em anteriores situações relativamente a esta situação da transferência de competências. Portanto, conforme é do conhecimento público, a posição da CDU é contrária ao modelo da descentralização e favorável a um modelo de regionalização. Como a luta continua, nós vamos continuar a lutar por esta nossa ideia.” -----



----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou as condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Marília Paiva - Asseiceira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à situação existente na estrada da Asseiceira e aos acontecimentos recentes onde uma criança perdeu a vida. Disse que não é sua intenção, nem lhe compete, tirar responsabilidades nem tão pouco fazer algum aproveitamento político, somente quer que não se haja como se nada se tivesse passado. Afirmou que isto traz à lembrança o problema da segurança que desde sempre foi debatido e considerou que não se justifica, nos dias de hoje, que continue sem um plano e sem solução. Continuou dizendo que o nó do IC2 foi fechado sem um aviso prévio à população de que o tráfego, incluindo o de pesados, passaria dentro da localidade, que nem um sinal nem umas lombas provisórias foram colocados, que nada foi feito para que a população estivesse alerta, nem pela junta, nem pela câmara. Terminou dizendo que toda esta situação tem que ser pensada pela segurança das pessoas e definida a forma de controlar a situação porque a população começa a ter dificuldade que existam 4 km de ciclovia com iluminação, piso pintado, e pilaretes de segurança, e não se faça nada relativamente a esta situação cada vez mais grave. -----

----- **Joaquim Marcelino – Vila da Marmeleira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio ara deixar duas pequenas notas relativamente à Vila da Marmeleira, a primeira para felicitar a Deputada Antónia Corrêa por fazer referência ao problema da iluminação, dizendo, desde logo, que existem duas zonas nobres na vila onde estavam as lanternas de latão compradas pela população e que estas foram retiradas e substituídas por outros candeeiros que foram descaracterizar aqueles locais,



nomeadamente o Largo da República e a Fonte dos Namorados. Referiu que levou esta situação a Assembleia de Freguesia e nessa altura lhe foi informado que estariam inúmeros no estaleiro da câmara municipal, mas que já não estariam em condições. Afirmou que gostaria que os candeeiros de latão pudessem lá ser colocados, substituindo-se as lâmpadas antigas por LED. -----

----- A segunda nota que deixou respeita ao problema da água na localidade e convidou o Presidente para, quando tiver oportunidade, ir à zona alta da localidade e verificar que esta continua a não ter pressão. Disse que lhe foi informado que efetivamente a zona alta está a ser abastecida do depósito antigo e que a zona baixa está a ser abastecida pelo novo depósito, mas que está em condições de poder afirmar que não há, efetivamente, pressão na zona alta da Marmeleira. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por agradecer as intervenções e relativamente à segurança rodoviária afirmou que esta é uma preocupação do município e que a freguesia de Asseiceira, assim como outras, tem efetivamente algumas fragilidades nesse campo. Acerca do acidente que vitimou uma criança de três anos naquele local, disse que foi uma infeliz situação que poderia ter acontecido em qualquer ponto do concelho. Acrescentou ainda que a Câmara Municipal de Rio Maior tem desenvolvido com a Junta de Freguesia da Asseiceira contactos continuados e frequentes no sentido de minimizar esta insegurança sentida pela população e na tentativa de conseguir a melhor solução para evitar estes problemas, não obstante a moderação na velocidade ser determinante. Informou ainda que foi aprovado pela Câmara Municipal um procedimento de quatrocentos mil euros para a requalificação de vias de comunicação, no qual se prevê também a construção de lombas em vários pontos da freguesia. -----

----- Relativamente á ciclovia que liga a freguesia de Asseiceira à cidade de Rio Maior, disse que é possível, atualmente, vir em segurança de bicicleta ou a pé por aquela via, e que no que respeita ao investimento necessário na rua principal da Asseiceira a situação atual leva a uma motivação acrescida em arranjar formas alternativas de controlar a velocidade e dar mais condições de circulação aos peões, dizendo eu logo que esse projeto estiver concluído terá todo o gosto em ir em junto da Assembleia Freguesia dar a explicação sobre a visão e a ideia para aquele troço. -----

----- Relativamente ás lanternas e a sua utilização informou que foi definido para os concelhos, através de um procedimento da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, o tipo de lanternas a utilizar em espaço público e, não desfazendo da capacidade



que as populações sempre tiveram de substituir o Estado, hoje estas não podem ser gestoras dos próprios bens quando se fala do domínio público e de recursos públicos, que têm que ser geridos por entidades públicas, que são responsáveis por todos estes equipamentos. Disse que este é um modelo uniforme para todo o concelho, ainda a ser colocado, admitindo algumas falhas que existem na colocação das luminárias, como aquelas que foram indicadas, mas que no final será feita uma fiscalização em todos os locais de forma a garantir a uniformização. Informou ainda que para além deste primeiro projeto de substituição que abrange cerca de 50% do concelho, está já a ser analisado um outro para os outros 50% em mais um milhão de euros para poder proceder à troca de todas as luminárias por LED no concelho. -----

----- Relativamente à questão do abastecimento de água disse que a informação que tem não é a mesma que foi agora transmitida, admitindo a sua preocupação, já que as medições de caudal e pressão existentes, junto das habitações, na zona da Marmeleira estão dentro dos valores mínimos legais exigidos. Mediante esta situação, comprometeu-se a ouvir o responsável por este setor na câmara municipal sobre o assunto e eventualmente deslocarem-se com o próprio Presidente de Junta ao local para identificar esses casos pontuais e verificar se é um problema geral ou se se trata de um qualquer problema na rede predial. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezanove horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** \_\_\_\_\_

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_